



INSCRIÇÃO E EXPEÇA-SE

2004, 07, 22

*J*

A Sua Excelência  
O Presidente da Assembleia da República

**REQUERIMENTO Nº 1750 /IX/2ª - AC**  
**DE 27/07/2004**

**APRESENTADO POR:** Deputados Nelson Baltazar, Jorge Lacão, Vitalino Canas e Luísa Portugal, *do Grupo Parlamentar do Partido Socialista*

**ASSUNTO:** Poluição no Rio Alviela

Em Alcanena, terra de curtumes, foram investidos 10 milhões de contos para tratar os efluentes industriais e domésticos ao longo dos anos 90, no sentido de recuperar a vida no Rio Alviela e prevenir a poluição da sua bacia hidrográfica que desagua no Tejo.

Alcanena é um dos concelhos que mais tem investido no ambiente mas ainda não conseguiu resolver o problema, que se tem agravado nos últimos dois anos. O sistema de tratamento de efluentes que está em funcionamento há 20 anos apresenta riscos preocupantes, em relação aos níveis freáticos e ao subsolo. Na grande maioria dos casos, os colectores que estão enterrados apresentam um grau de degradação bastante elevado.

As candidaturas de continuidade a apoios comunitários e orçamento de estado, cujo objectivo é o de concretizar o plano encetado há 12 anos, não têm sido elegidas como importantes na estratégia do governo anterior, apesar do Secretário de Estado do Ambiente se ter pronunciado favoravelmente quanto à importância dos investimentos.

Continua a mesma indefinição, relativamente ao Orçamento de Estado, sabendo que os industriais envolvidos, mesmo atravessando um momento difícil no sector, se responsabilizam por uma boa parte do investimento.

A *[assinatura]*  
Para preparar o expediente  
23 JUL 2004  
Chefe de Divisão  
*[assinatura]*

Parece existir durante o Verão uma dificuldade de cumprimento dos caudais ecológicos já acordados, pelo que é necessário questionar a EPAL sobre a captação nos Olhos de Água, bem como fiscalizar as captações para regas de cereais. O próprio INAG considera *“urgente renovar o protocolo com a EPAL, com o objectivo de manter uma qualidade mínima das águas do Alviela e evitar os riscos de saúde pública na região”*.

A situação actual do rio Alviela é preocupante!

A maior parte da poluição é provocada pelas descargas de by-pass da ETAR de Alcanena, relacionadas com rupturas nos colectores e com a entrada na rede de caudais freáticos e assumidas formalmente como necessárias, perante a passividade das entidades fiscalizadoras.

Embora não se tenha ainda atingido o nível de degradação registado nos anos 90, a falta de uma intervenção eficaz no curto prazo conduzirá à perda de todos os esforços envidados no sentido de recuperar a fauna, a flora e o habitat deste rio.

A população ribeirinha voltou a não conseguir manter uma actividade económica, social e de lazer com o rio, sofrendo até fortes agressões ao seu habitat, em particular quando se produzem as designadas descargas. Os resíduos tóxicos retidos nos níveis freáticos, nos lodos das margens, nas águas de regadio e das indústrias transformadoras, como as moagens de cereal, constituem um risco efectivo para a saúde das pessoas.

O próprio INAG reconhece que a ETAR de Alcanena, não se encontra ainda em condições técnicas de cumprir os Valores Limites de Emissão (VLE) estabelecidos no Decreto-Lei 152/97 e que devido aos processos industriais utilizados, que representam 97,5% do total da carga orgânica afluente à ETAR, apresentam concentrações muito elevadas de sulfuretos, azoto total e crómio.

A DRAOT LVT tem vindo a referir frequentemente a necessidade de efectuar obras de construção do tratamento final da ETAR, com o objectivo de cumprir os VLE acima referidos, bem como a necessidade de instalar equipamento para redução de cheiros.

O INAG conclui num dos seus relatórios que *“é necessário realizar com urgência um concurso público para a concretização das obras necessárias, pelo que deverão ser previstas em PIDDAC 2005”*.

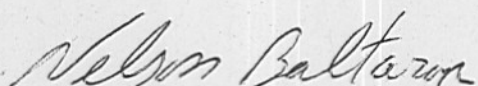
O assunto é de tal forma importante que preencheu parte da agenda da visita de Sua Exa. o Sr. Presidente da República na sua presidência aberta sobre o ambiente, tem preenchido uma boa parte das preocupações dos municípios de Alcanena e de Santarém, de todas as freguesias da bacia hidrográfica do Alviela e de muitas das associações ambientalistas nacionais.



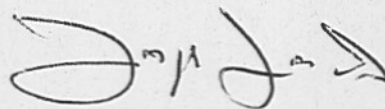
Face ao exposto, e dado que a protecção do ambiente e da biodiversidade constitui um imperativo legal e constitucional, venho através de Vossa Excelência e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, requerer ao Senhor Ministro do Ambiente e Ordenamento do Território que se digne informar:

- 1) Quais as medidas que o Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território tem assumido para avaliar o impacte na fauna, flora e habitats do rio Alviela e na saúde das pessoas perante as novas condições de poluição?
- 2) Quais as acções que vão ser adoptadas em função do diagnóstico de avaliação acima referido?
- 3) Está o Ministério disponível para rever com urgência a revisão do protocolo com a EPAL?
- 4) Está o Ministério disponível para assumir o investimento necessário em PIDDAC 2005?

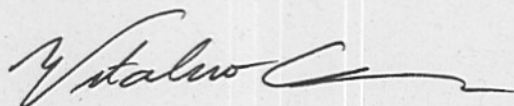
Os Deputados do GPPS,



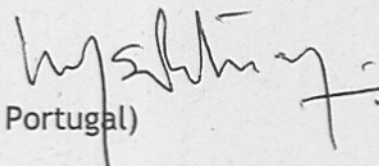
(Nelson Baltazar)



(Jorge Lacão)



(Vitalino Canas)



(Luísa Portugal)